

Magnitude da dívida interna não preocupa, mas sim o prazo

por Carlos Dias
de São Paulo

A solução para o problema da dívida interna brasileira não constitui um fim em si só. Mais do que isto, o caminho para se equacionar a crise interna passa fundamentalmente por um profundo programa de ajuste político, econômico e social. E este o conceito que, respeitados os pontos de vista ideológicos, comunga boa parte dos economistas que assessora os candidatos à Presidência da República, conforme se evidenciou no debate "Os presidentiáveis e a dívida interna", realizado na sexta-feira em São Paulo.

O seminário, que foi promovido pela Associação dos Jornalistas de Economia de São Paulo — AJOESP, contou com a presença de oito representantes de partidos políticos. Não compareceram ao debate os assessores econômicos dos candidatos Fernando Collor de Mello e Guilherme Afif Domingos.

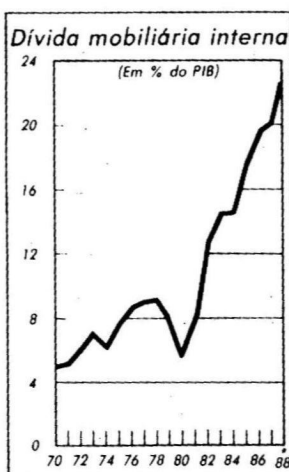
Nos três primeiros painéis que antecederam a palestra dos assessores, basicamente se detectaram os seguintes aspectos em relação ao endividamento interno brasileiro:

- a dívida interna é por definição o resultado da transferência de recursos do setor privado para o setor público;

- quando se analisa a dívida interna, ela não preocupa quanto à sua magnitude, mesmo porque, comparando-se com algumas economias européias, ela é pequena em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). O que preocupa no caso brasileiro são as condições de financiamento da dívida, cujos títulos são rolados em prazos curtos e com taxas de juro muito elevadas;

- apesar dos itens acima, a dívida interna é administrável e é o instrumento para a condução da política monetária.

O ex-presidente do Banco Central, Fernando Milliet, presente ao debate, defende uma reforma fiscal como um instrumento para se



Fonte: Banco Central do Brasil

PIB estimado

Obs: Considera-se a Dívida Pública Federal em circulação Estadual e Municipal, em final de período.

chegar a um ponto de equilíbrio das contas públicas. Esta reforma, destaca, deve ser da ordem de 8 a 10% do PIB, o que é perfeitamente viável na sua análise. Sem este ajuste fiscal, com um consequente aumento de receita, conjugado com uma estabilização no processo econômico, não há como se solucionar o problema da dívida interna.

Da mesma opinião compartilha o diretor-superintendente da Moynio Pacifico S.A., Lawrence Pih, que estima a evasão fiscal do País da ordem de 8 a 9% do PIB.

SOLUÇÕES

As opiniões convergentes do último painel, que reuniu os assessores econômicos do PDT (César Maia), do PT (Aloisio Mercadante), do PSDB (Yoshiaki Nakano), do PMDB (Luciano Coutinho), do PDS (Miguel Colasuonno), e do PCB (Edmilson Costa), foram basicamente as seguintes:

- não há como se resolver o problema do endividamento interno sem se debelar o atual processo inflacionário reconduzindo a economia a níveis de investimentos satisfatórios;

- a dívida externa é um ponto crucial nesta questão. Neste ponto as posições com relação à suspensão do pagamento da dívida (moratória) e uma renegociação, por exemplo, levando em conta o valor dos

títulos brasileiros cotados no mercado secundário, canalizaram as opiniões;

- um alongamento no prazo da dívida pública. Em 1982 a dívida pública tinha um prazo médio de 29 meses e 20 dias, contra 4 meses e 13 dias em junho deste ano, que são praticamente em sua magnitude negociados em operações "overnight";

- saneamento completo da máquina estatal restaurando a sua credibilidade. Este saneamento significaria desde cortes profundos em subsídios concedidos até a privatização de empresas do setor público;

- uma maior independência da autoridade monetária (Banco Central) para a execução de uma política monetária. Neste sentido, o também ex-presidente do BC, Carlos Brandão, destaca que de março de 1979 para cá já passaram pelo que representa atualmente a Diretoria da Dívida Pública, órgão administrador da dívida pública no País, dez presidentes.

Carlos Brandão argu-

menta que neste cargo, o qual presidiu de 1969 a março de 1974, faz-se necessário um mandato de no mínimo quatro anos. O mesmo raciocínio pode ser estendido para a presidência do Banco Central.

CALOTE

O temor de um calote na dívida interna, que norteou boa parte da preocupação dos empresários presentes ao encontro, não se concretizou enfaticamente na fala dos assessores econômicos dos partidos.

"As perdas no caso de um calote interno seriam de toda a sociedade", raciocina Carlos Brandão. Mas para o presidente do Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira, o calote já ocorre de uma maneira disfarçada por parte do governo.

Vieira explica que este calote existe quando o governo atrasa sistematicamente o pagamento das empresas que prestam serviços a ele. Os bancos, sentença, têm perdido muito dinheiro em operações com o governo.